



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABRIEL LUIZ DE SOUZA

ESTADO, CAPITALISMO E CRISE
Um entendimento do papel do Estado na manutenção das relações capitalistas

Volta Redonda
2018

GABRIEL LUIZ DE SOUZA

ESTADO, CAPITALISMO E CRISE

Entendimento do papel do Estado na manutenção das relações capitalistas

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública, modalidade presencial, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientação: [Prof. Dr. José Luiz Alcantara Filho]

Volta Redonda
2018

TERMO DE APROVAÇÃO

GABRIEL LUIZ DE SOUZA

ESTADO, CAPITALISMO E CRISE

Entendimento do papel do Estado na manutenção das relações capitalistas

Monografia aprovada pela Banca Examinadora do Curso de Administração Pública da Universidade Federal Fluminense – UFF.

Volta Redonda, de de

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luiz Alcantara Filho

Prof. Dr. Alejandra Luisa Magalhães Estevez

Eder Frossard de Andrade

AGRADECIMENTOS

Ao Prof.Zé Luiz, pelo auxílio, orientação e importantes conselhos e sugestões na elaboração desta pesquisa. Além da paciência e amizade.

Aos meus professores pelo incentivo e apoio à formação universitária.

À minha então companheira e sempre amiga Camila Ribeiro, que me apoiou e incentivou durante todo esse ano.

À militância e companheiros de luta, que tanto contribuíram para minha pesquisa e formação.

À minha irmã Fernanda Souza, minha maior referência e exemplo.

À todos meus amigos, que tiveram que me aguentar nesses anos e um salve especial para as duas gerações do 1002.

“A situação políticamundial no seu conjunto caracteriza-se, antes de mais nada, pela crise histórica da direção do proletariado.”

Leon Trotsky

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar, na contemporaneidade, como o Estado brasileiro, por meios das esferas político-institucionais, atua como agente econômico determinante na manutenção das relações de produção capitalistas. Para compreender a realidade do Estado brasileiro serão utilizadas teorias que abordam a categoria de Estado e crise do capital, sintetizando a teoria do valor e lei de acumulação de Marx e passando por conceitos que fundamentam as relações de produção. Dessa forma, a primeira seção do presente trabalho tem como objetivo expor as contribuições de Marx para o entendimento da sociedade capitalista. A segunda busca evidenciar a fase imperialista na qual o capitalismo se encontra. A terceira parte analisa a crise capitalista numa perspectiva teórica marxista, ressaltando a existência da tendência de queda da taxa de lucro. A quarta expõe como o Estado se constitui como elemento essencial das relações capitalistas de produção. A presente pesquisa utilizará da análise documental e da pesquisa bibliográfica a fim de estabelecer o diálogo entre a teoria e o objeto, com base em uma análise conjuntural do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Estado; Crise; Relações de produção; Contratendências.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Agenda para o Brasil sair da crise (CNI).....	32
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Execução da despesa por área de atuação do Governo Federal em valor real de outubro de 2018 (em reais)	38
Tabela 2: Porcentagem dos gastos por área de atuação do Governo Federal em relação ao Orçamento Total da União em valor real de outubro de 2018	38
Tabela 3: Gastos do Governo Federal anual em valor real de Outubro de 2018 (em reais).....	39
Tabela 4: Reajuste do salário mínimo oficial(2014-2018)	40

Sumário

1	INTRODUÇÃO	9
2	CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DE ANÁLISE E O OBJETO DE PESQUISA	13
3	REFERENCIAL TEÓRICO	18
3.1	Funcionamento da sociedade capitalista.....	18
3.2	Imperialismo.....	23
3.3	Capitalismo e crise	25
3.4	Estado, capitalismo e crise	30
4	O ESTADO BRASILEIRO: UM AGENTE NADA OCULTO NA ECONOMIA	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
6	BIBLIOGRAFIA.....	44

1 INTRODUÇÃO

Iniciamos o presente trabalho expondo ao leitor a necessidade de o conhecimento produzido dentro dos meios intelectuais¹ não ser restrito aos limites da academia, mas sim uma ferramenta para as lutas sociais e, principalmente para a luta do proletariado. Tomamos como referência Marx e Lênin, que não foram apenas grandes teóricos e formuladores, mas eram antes de tudo militantes dedicados a libertação da classe trabalhadora. Essa associação da teoria social à filosofia da práxis foi expressa por Marx e Engels por meio da 11ª tese sobre Feuerbach: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo”. (MARX; ENGELS, [1845-1846] 2007, p. 539). Essa produção teórica concebi como balizamento à ação prática do qual Marx (MARX, 2005) denominou “arma da crítica”, é o motor do pensamento dialético materialista de Karl Marx.

A práxis se tornou central no pensamento marxista ao longo do século XX. Embora haja diversas que envolvem as elaborações sobre esse conceito, devemos acentuar as contribuições de Gramsci, Lukács e Kosik. A definição de Kosik em sua obra *Dialética do concreto* nos serve como base para a condução da presente pesquisa:

A práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade). A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teórica; é determinação da existência humana como elaboração da realidade. (KOSIK, 1995, p. 222).

Trata-se, portanto, de tomar o termo como a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo (ROCHA, 2017). A realidade se manifesta na obra e na criação humana. Através da práxis que tal processo de criação - um processo ontocriativo - cria algo essencial, “que contém em si mesmo a própria verdade; não é mero símbolo de qualquer outra coisa, mas possui uma importância ontológica” (KOSIK, 1995, p. 222). Dado que a compreensão das coisas e do eu ser, do mundo nos fenômenos particulares e na totalidade é possível somente através da práxis (KOSIK, 1995), buscamos compreender nossa realidade por meio da abertura que eclode da mesma. De acordo com Marx (MARX, 2013), essa práxis ontológica do ser social tem origem no trabalho: “[...] uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato

¹Expressão que reflete de forma mais consciente, mais decidida e com mais precisão o desenvolvimento dos interesses de classe e dos agrupamentos políticos em toda a sociedade (LÊNIN, 1986).

de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera” (MARX, 2013, p. 327) - isto é, o trabalho contém um caráter teleológico, uma ação orientada a uma finalidade específica.

De acordo com Marx (2008), a redução das condições de vida da classe trabalhadora se configura como lei geral de acumulação capitalista, pois trata-se de um processo inerente ao modo pelo qual se realiza a produção de mercadorias necessárias à satisfação das necessidades materiais. Contudo, há de se considerar que, nos últimos anos, os ataques aos direitos e às condições de vida dos trabalhadores têm sido cada vez mais severos. Podemos observar essa afirmativa ao analisarmos os dados disponibilizados pelo Portal Transparência do Governo Federal relativos aos anos 2014 a 2018. Destrinchando tais dados, observaremos uma constante redução do orçamento das áreas de prestação de serviços públicos e de assistência social em contrapartida de um aumento da dívida pública. Veremos no decorrer do presente trabalho que este último está diretamente relacionado com os interesses dos grandes capitais.

Segundo Granemann (2016), os grandes capitais articulam propostas que os governos, em seus diferentes poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), implementam e cujas consequências, em geral, levam ao aumento da exploração sobre trabalhadoras e trabalhadores. A incorporação das políticas ditas neoliberais na agenda dos principais órgãos de fomento internacional (FMI, BIRD², etc) e a (in)consequente adoção dessas políticas pela grande maioria dos países, sobretudo após a realização da reunião que ficou conhecida como Consenso de Washington, causou transformações consideráveis tanto nos rumos das economias nacionais como nas condutas admitidas pelos governos (FIORI, 2017). Dentre as modificações de maior vulto, revelaram-se verdadeiras contrarreformas cujos pretextos centrais usados pelos governantes foram as necessidades de: desburocratização estatal, melhoria da gestão pública, aproveitamento dos ganhos de eficiência proporcionados pelo mercado e a correção dos ‘supostos’ erros de política econômica cometidos pelos governos antecessores, tais como: o desenvolvimentismo brasileiro, o endividamento externo e o descontrole inflacionário. No entanto, tudo pode ser resumido na intencionalidade de propagação de uma política de Estado mínimo, no que diz respeito aos aspectos sociais, cortando gastos e reduzindo direitos e políticas públicas de bem estar social. Por outro lado, o que se percebe e que buscar-se-á

²FMI: Fundo Monetário Internacional; BIRD: Banco Mundial.

analisar no decorrer do presente trabalho é que, de lá para cá, há diversas mostras de que o suposto argumento de enxugamento do aparato estatal ou de aplicação de um modelo gerencial ao Estado não se aplica às suas funcionalidades mais intimamente relacionadas à acumulação do Capital propriamente dito.

Ao encontro dessa informação, a questão central que motiva este trabalho é expor a relação entre capitalismo, crise e Estado, a luz da teoria marxista. Partimos do pressuposto de que capitalismo e crise estão intrinsecamente interligados e que o Estado é um órgão importante para a compreensão de tal relação.

Como iremos discutir nas seções seguintes, consideramos que, nos últimos anos, o Estado brasileiro atuou diretamente com objetivo de favorecer os setores capitalistas, optando por retirar direitos e, assim, precarizar as condições de vida da classe trabalhadora. Para transportar a teoria exposta com a realidade que vivemos, utilizaremos dados do Orçamento Brasileiro referentes aos anos de 2014 a 2018, com foco nas áreas Educação, Saúde, Assistência Social e Emprego em comparação ao orçamento da Dívida Pública referente aos mesmos anos. Veremos que o Estado brasileiro administrou os limites da exploração do trabalho, do valor e compra da força de trabalho invariavelmente em favor de manter as taxas de lucro dos capitalistas elevadas.

De acordo com Iasi, isso ocorre principalmente pela capacidade que lhe é própria: apresentar como universal um interesse que é particular, portanto, em uma dimensão ideológica (IASI, 2017, p. 55). Dito de modo diverso, apesar de o Estado apresentar-se como representante de interesses universais de toda a sociedade, ele, em essência, assume posições que o caracterizam como organismo social em favor da manutenção dos interesses mais gerais das classes economicamente dominantes. De acordo com Netto (2010, p.167):

Parece incontestado que, em Marx (e em Engels), o Estado é um instrumento de domínio de classe – das formulas do Manifesto do Partido Comunista (e mesmo antes delas) ao fim dos seus dias, Marx enfatizou decisivamente este caráter do Estado, a que se prendem as determinações da violência e da ditadura. Em Marx, porém, o domínio de classe não se exerce apenas através da coerção aberta ou, mais exatamente, o Estado não é, sempre e, ou necessariamente, a configuração direta e imediata de uma vontade política de classe. Se, em alguns textos redigidos especialmente para “atender a uma demanda política conjuntural ou para estabelecer consignas de entendimento rápido e massivo (aquilo a que o próprio Lenin chamou de propaganda e agitação), a formulação marxiana apresenta assim a essência do Estado, é evidentemente um equívoco restringir a tais formulações a concepção que Marx tem do Estado moderno (burguês) – esta comporta toda uma série complexa de mediações. O domínio de classe

que o Estado moderno compulsoriamente realiza, pois, não é nem unidimensional nem direto.

Diante do exposto, a presente pesquisa busca elucidar a participação do Estado na efetivação de práticas adotadas com a finalidade de contra arrestar as crises econômicas, pois, de acordo com a teoria que será apresentada, o Estado utiliza-se recorrentemente de seus artifícios jurídico-políticos, a fim de efetivar medidas favoráveis às classes burguesas em detrimento das condições de vida da classe trabalhadora.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar, na contemporaneidade, como o Estado brasileiro, por meios das esferas político-institucionais, atua como agente econômico determinante na manutenção das relações de produção capitalistas. Para compreender a realidade do Estado brasileiro serão utilizadas teorias que abordam a categoria de Estado e crise do capital, sintetizando a teoria do valor e lei de acumulação de Marx e passando por conceitos que fundamentam as relações de produção. Para atingir o objetivo geral exposto acima, os objetivos específicos do trabalho são:

1. Expor as concepções de Marx sobre a teoria do valor e a assim chamada lei geral da acumulação de capital
2. Descrever teorias acerca da crise do capital e sobre Estado capitalista
3. Realizar levantamento de dados sobre o Orçamento Federal e suas despesas por área de atuação, função e subfunção nos anos de 2014 a 2018.
4. Relacionar os dados empíricos obtidos com a teoria exposta.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DE ANÁLISE E O OBJETO DE PESQUISA

O leitor certamente se recorda que o argumento aqui desenvolvido parte do pressuposto que, para compreender a realidade do Estado brasileiro através de uma ótica marxista, é necessário entender as teorias que o definem e os conceitos e categorias econômicas que o constituem. Dessa forma, o presente trabalho utilizará como base fundamental as teorias de Iasi (2017), Alcantara Filho (2018) e Netto (2011) no que diz respeito à categoria de Estado e a crise do capital.

O caminho que acreditamos mais correto e produtivo é levantar as questões de nossa época que exigem respostas e checarem, seguindo nosso método e as categorias e conceitos, com os quais estamos acostumados a pensar o mundo, ainda nos são úteis (IASI, 2017, p. 27).

Em concordância com a passagem de Iasi, em sua obra *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*, na qual o autor defende a validade do método de estudo feito por Marx e a ainda presente necessidade de se estudar a dinâmica do capital, serão expostos a metodologia e instrumentos de pesquisa, utilizados para realizar o presente trabalho.

Acreditamos ser fundamental expor, de início, as críticas ao método de Marx, pois compreendemos que a questão do método é problema central em qualquer pesquisa. Para Netto (2011), a questão do método de pesquisa nas diferentes áreas da ciência, seja natural ou social, é um problema central e não seria diferente no que toca à teoria social de Marx. Para além da crítica teórica e filosófica, o método de pesquisa de Marx encontra problemas por razões ideopolíticas. Tendo em vista que a teoria social marxista se vincula a um projeto revolucionário, a análise e crítica da sua concepção teórico-metodológica estiveram sempre condicionadas às reações que tal projeto despertou e continua despertando (NETTO, 2011).

Utilizaremos as contribuições de Netto em sua obra *Introdução aos estudos do método de Marx*, tendo em vista que há "um problema adicional: nenhuma das obras de Marx tem algo como a especificação das determinações gerais (ontologia) do ser social como seu tema central" (MEDEIROS, 2016, p.1). Dito de modo diverso, Marx não elaborou nenhuma obra na qual seu método de pesquisa fosse o assunto central. A identificação do que é o método marxista, assim como a forma pelo qual devemos utilizá-lo, é retirada de muitos trechos das próprias obras de Marx, considerando as contribuições que o autor alemão realizou sobre o conhecimento, o

método e o objeto de pesquisa. Além disso, as contribuições dos teóricos marxistas são de caráter fundamental para entender a lógica do pensamento de Marx.

Em síntese, o método de estudo de Marx trata-se de “considerações gerais sobre a existência, a realidade” (MEDEIROS, 2016, p.1). A soma dos conceitos e categorias, e dessa forma, a soma das relações sociais, são a base para entender a sociedade capitalista. Isso quer dizer que o método marxista é a busca pela essência do objeto através das abstrações mais simples até a totalidade da realidade observada (NETTO, 2008). Por exemplo:

A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc (MARX, 2008, p. 258).

Nesse sentido, é fundamental retomar a concepção de que as categorias econômicas são, antes de tudo, um conjunto de relações sociais. Por conseguinte, a análise das funcionalidades do Estado Burguês brasileiro - objetivo da presente pesquisa - é uma análise das categorias que o determinam, e assim, também é uma análise das relações que o constituem. A presente pesquisa será realizada por meio da análise de relações abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. Esses elementos isolados, uma vez que são mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como o trabalho, divisão de trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre nações e o mercado universal (MARX, 2008, p. 248).

Observamos que o objeto de pesquisa de Marx não foi o mesmo do qual trataremos. Porém é por meio do estudo do seu objeto de pesquisa, a sociedade capitalista, que realizaremos nossa busca pelas funcionalidades do Estado brasileiro na contemporaneidade. Por outro lado, as gêneses das pesquisas são as mesmas: "a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista" (NETTO, 2008, p. 17).

Assim como Marx, não obteremos a compreensão de uma dada realidade concreta sem antes nos introduzir ao conhecimento acumulado. Isto quer dizer, simplesmente, que o método de Marx não resulta de descobertas abruptas ou de intuições geniais, ao contrário, resulta de uma demorada investigação (NETTO, 2008). De acordo com Marx:

A totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concepção de pensamentos, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboradora intuição e da representação em conceitos (MARX, 2008, p.259).

Netto (2011) explica que Marx, ao se referir sobre conhecimento teórico, define este como o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica, tal como ele em si mesmo, em sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador (NETTO, 2018, p. 28). Logo, nas palavras de Netto, “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2008, p. 30). Para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto feito pelo pesquisador, ao reproduzir em seu pensamento a estrutura e dinâmica deste, será cada vez mais próxima da realidade quanto mais fiel o sujeito for para com o objeto.

Sendo o objetivo do método de Marx, a compreensão da essência do objeto, no presente trabalho, visaremos a luz do método marxiano, entender a estrutura e dinâmica do Estado brasileiro diante da crise econômica atual.

Do mesmo modo que a teoria liberal é condicionada por uma ideologia burguesa, o método de pesquisa marxista não é a parte de um direcionamento político; este tem o caráter revolucionário de libertação do proletariado. Entretanto, essa característica não exclui a objetividade do conhecimento teórico: “a teoria tem uma instância de verificação de sua verdade, instância que é a prática social e histórica” (NETTO, 2008, p. 30). Nesse sentido, de acordo com Netto:

Isto significa que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto. Por isso mesmo, a pesquisa - e a teoria que dela resulta - da sociedade exclui qualquer pretensão de "neutralidade" [...] (LÓWY, 1975, p. 11-36 apud NETTO).

O fato é que a teoria social de Marx permanece em construção - e, em todos os esforços exitosos operados nesta construção, o que se constata é a fidelidade à perspectiva metodológica que acabamos de esboçar. (NETTO, 2008, p. 59). Para tal, utilizaremos a teoria materialista do Estado, que segundo Hirsh (2017), não é uma construção teórica fechada. Ao contrário, ela compreende análises bem diferenciadas. O que têm em comum é a referência, sempre

específica ao materialismo histórico desenvolvido por Marx a crítica da economia política. (HIRSCH, 2017, p. 19). Essa teoria:

No seu centro, está o esforço por decifrar o conceito de Estado como expressão de estruturas sociais caracterizadas por formas específicas de exploração e de opressão e, assim, portadoras de caráter contraditório (HIRSCH, 2017, p. 19).

Dessa forma, com o objetivo de atingir a máxima compreensão de uma realidade concreta, torna-se imprescindível utilizar do método de estudo feito por Marx. Porém, o presente trabalho não se resumirá apenas no método de pesquisa marxista, mas também utilizará instrumentos de pesquisa necessários para a análise. Como Netto (2011) expressa em sua obra, Marx diferencia o que é método e o que são os instrumentos de pesquisa. Para o autor:

Neste processo, os instrumentos e também as técnicas de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas da observação, recolha de dados, quantificação etc. Esses instrumentos e técnicas são meios de que se vale o pesquisador para "apoderar-se da matéria", mas não devem ser identificados com o método: instrumentos e técnicas similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes (NETTO, 2008, p.25).

Nesse sentido, a presente pesquisa utilizará da análise documental e da "pesquisa bibliográfica disciplinada, crítica e ampla" (MINAYO, 1994, p. 32) para apresentar as teorias sobre o papel do Estado como agente econômico na manutenção das relações de produção capitalistas. A fim de estabelecer "o diálogo entre a teoria e o objeto de investigação" (MINAYO, 1994, p. 33), será realizada uma pesquisa empírica com base em uma análise dos dados do orçamento público do Estado brasileiro referentes aos anos de 2014 a 2018. Tendo em vista que os dados, que serão apresentados posteriormente, são obtidos por meio de pesquisas secundárias, optamos por utilizar os dados do Portal Transparência do Governo Federal. Podemos assumir que tais dados são de total concordância com os gastos públicos federais, porém encontramos dificuldades em obter dados referentes aos anos anteriores a 2014. O Portal Transparência, que pode ser caracterizado como o maior meio de acesso a informação para a população brasileira, somente disponibiliza dados a partir de 2014. Tal problemática se torna um entrave para qualquer pesquisador que busque analisar os gastos da União. Dessa forma, optamos pelo recorte temporal dos últimos cinco anos por uma questão técnica e de acesso. Todavia, não deixamos de ressaltar a crítica em relação à dificuldade de acessar as informações

relativas às contas e gastos dos governos federal, estadual e municipal. O acesso à informação mesmo sendo um direito de cada cidadão brasileiro, ainda se constitui como precário e insuficiente.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho possui quatro seções. A primeira seção tem como objetivo expor as contribuições de Marx para o entendimento da sociedade capitalista. A segunda busca evidenciar a fase imperialista na qual o capitalismo se encontra. A terceira parte analisa a crise capitalista numa perspectiva teórica marxista, ressaltando a existência da tendência de queda da taxa de lucro. A quarta expõe como o Estado se constitui como elemento essencial das relações capitalistas de produção.

3.1 Funcionamento da sociedade capitalista

Para o entendimento do papel do Estado burguês perante as crises do capital, será abordada inicialmente a teoria de funcionamento da sociedade burguesa, ou mais precisamente, a teoria do valor-trabalho e a lei da acumulação de Marx. O leitor pode se perguntar se as teorias elaboradas por Marx ainda são válidas para estudar a produção capitalista atual. De certo, diversas circunstâncias e determinações imediatas observadas por Marx na realidade da produção se alteraram desde então, contudo, como aponta Alves (2017), as categorias pelas quais Marx enceta sua análise tanto do processo de produção como do processo de valorização descrevem a fisionomia da forma social da produção da vida humana. A teoria da acumulação de capital é fundamental para a discussão “levada adiante nas últimas décadas sobre a classe trabalhadora diante das (re)configurações recentes da economia capitalista” (MATTOS, 2015, p. 2). Partimos, então, da definição de processo social de produção:

Em todas as formas de organização das sociedades humanas a produção de bens (valores de uso) necessários à manutenção da vida social é um processo, um movimento que não pode ser interrompido, senão ao custo da falta daqueles bens. Assim, parte da produção não pode ser consumida pelos membros da sociedade, mas deve ser retransformada em meios de produção ou em matérias da nova produção – porque os meios de produção se desgastam e precisam ser substituídos e/ou repostos e matérias da produção são nelas consumidas. Eis por que a produção, para que seja garantida a sua continuidade, exige que se assegurem as condições que a viabilizam; elas trazem consigo as bases para sua sequência (NETTO, 2006, p. 124).

Netto expõe que o processo de produção capitalista, assim como qualquer outro, é um processo de reprodução. A base que assegura a continuidade da produção capitalista é a acumulação de capital. Marx explica na introdução da seção sobre o processo de acumulação

de *O capital* (2013) o movimento que este realiza durante o processo produtivo. A primeira fase é a transformação do capital em forma de dinheiro (monetário) em meios de produção e força de trabalho. A segunda fase consiste na produção da mercadoria, que terá um valor superior a suas partes constitutivas, pois o capital originalmente adicionado é acrescido de mais-valia. Para concluir o ciclo de movimento do capital, a mercadoria produzida deverá ser vendida, realizando seu valor em dinheiro e dessa forma o capital volta a sua fase inicial, capital monetário. Esse ciclo, percorrendo sempre as mesmas fases sucessivas, constitui a circulação do capital (MARX, 2013, p.777). Complementarmente, Alves advoga que:

A circulação torna-se na interatividade social capitalista um momento social integrante, integrador e necessário à efetivação da capitalização. Circulação que se faz presente desde o momento da aquisição de usufruto da força de trabalho e “encerra” sua participação fazendo aparecer como mais-dinheiro o mais-valor produzido no, e pelo processo real da produção de valores (ALVES, 2017, p. 4).

Para os mais familiarizados com a teoria marxista é evidente que a mais-valia produzida no processo produtivo ou, nos termos da fórmula geral $D-M-D'$ ³, adicionado na segunda fase ($M-D'$), é gerado por meio da força de trabalho. No entanto, como a presente pesquisa pretende ser de fácil compreensão para os leitores, voltaremos aos estudos iniciais de Marx sobre a teoria valor-trabalho.

Conforme iremos discutir adiante, as categorias econômicas são o alicerce da teoria marxista. Se não fizermos uma abordagem detalhada sobre os principais conceitos elaborados por Marx e as características da teoria valor-trabalho, os aspectos isolados e problemas particulares da teoria poderão ocultar do leitor uma compreensão clara (RUBIN, 1987). Marx demonstrou que todos os conceitos básicos de sua teoria possuem, antes de tudo, um caráter material e expressam, em cada um, uma relação social, como expõe Rubin (1987). Portanto, “as categorias que perfazem a totalidade do trabalho produtivo apresentam em seus lineamentos

³ O capitalista adianta dinheiro para a compra de força de trabalhado e meios de produção; depois de terem os trabalhadores produzido uma nova mercadoria com a ajuda dos meios de produção, o capitalista normalmente vende a mercadoria produzida por mais dinheiro do que o investido. Marx expressou esse movimento pela fórmula $D-M-D'$ (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro'), onde D' , o dinheiro realizado com a venda das mercadorias, é maior que D , o dinheiro investido ou adiantado. Se os preços pagos e recebidos são iguais em valor, esse dinheiro adicional é a maisvalia que, nessa forma fenomenal, corresponde à categoria contábil convencional de margem bruta (ou lucro bruto): o tanto em que a receita das vendas excede o custo direto dos bens vendidos (BOTTMORE, 2001, p. 354).

igualmente a forma preponderante das relações sociais nos diversos âmbitos e modalidades” (ALVES, 2017, p. 1).

A primeira categoria que devemos compreender é a força de trabalho e sua diferença do trabalho em si. Força de trabalho é a capacidade de realizar trabalho útil que aumenta o valor das mercadorias (BOTTOMORE, 2001, p. 256). O trabalhador dentro do sistema capitalista de produção não possui nada além da sua força de trabalho e dessa forma, para sua sobrevivência, este vende sua força de trabalho em forma de mercadoria para o capitalista. Bottomore (2001) nos ajuda a entender essa relação:

A força de trabalho deve ser diferenciada do trabalho, que é o próprio exercício efetivo da capacidade produtiva humana de alterar o valor de uso das mercadorias e de acrescentar-lhes valor. Os produtos do trabalho podem ser comprados e vendidos como mercadorias. É impossível, porém, dar um sentido exato à ideia de compra e venda do próprio trabalho enquanto atividade produtiva. O produtor que não pode vender o seu produto de trabalho deve vender a sua capacidade de trabalhar, comprometendo-se a exercer o trabalho no interesse e sob a direção do comprador, em troca de uma soma de dinheiro, ou seja, do salário (BOTTOMORE, 2001, p. 256).

No capitalismo, a produção de mercadorias, não somente é uma condição necessária para a manutenção das relações produtivas capitalistas, como também é o elemento determinante das relações de produção. Essa relação é mediada pela propriedade que a burguesia tem dos meios de produção, ao passo que o proletariado possui apenas a sua força de trabalho (BOTTOMORE, 2001, p. 255). Na medida em que Marx estudou a relações dos homens, o autor alemão também analisou a relação do homem com a natureza, isto é, os meios pelos quais o homem produz. Desse estudo Marx elaborou o conceito de forças produtivas, constituída pela força de trabalho e meios de produção.

O conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do PROCESSO DE TRABALHO, a descoberta e exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado (BOTTOMORE, 2001, p. 255).

Segundo ALVES (2017), a formação de valor e processo de trabalho são duas partes constitutivas de um mesmo movimento, conquanto sejam tomados em seus aspectos quantitativos e qualitativos (ALVES, 2017, p. 10). O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário investido na sua produção e que, expresso em

dinheiro, aparece como seu preço (NETTO, 2006, p. 90). A teoria valor-trabalho analisa as diversas formas que o capital apresenta dentro do sistema de produção, como já apresentado, e as relações econômicas que esta lei regula. O ponto de partida dessa análise não é o valor, mas sim o trabalho. Não são também as transações de troca no mercado, mas a estrutura de produção da sociedade mercantil, a totalidade das relações de produção entre as pessoas (RUBIN, 1987, p. 77). De acordo com Prado:

Na perspectiva aqui abraçada, o ‘valor’ é a medida socialmente válida do trabalho no capitalismo e, como tal, é uma unidade de certa qualidade e de certa quantidade. Marx, como se sabe, define essa qualidade como trabalho abstrato e essa quantidade como tempo de trabalho socialmente necessário (PRADO, 2013, p. 112).

Partimos, então, do pressuposto que é o trabalho que gera a riqueza das sociedades. O processo de valorização pressupõe-se a si mesmo como um processo efetivo de trabalho, como transformação de determinados elementos reunidos em torno de uma finalidade prática concreta em valores de uso (ALVES, 2017, p. 5). Para o autor:

A diferença entre trabalho e força de trabalho, bem como aquela, desdobrada da primeira, entre valor da força de trabalho e valor criado pela força de trabalho atuante, fornece o caminho elucidativo pelo breu das sendas da valorização. Nesta distinção se arrima a produção da riqueza, dum excedente em valor, que constitui o assunto da produção capitalista, na qual o processo de trabalho, ou a força de trabalho realmente atuante, aparece na forma de um fator seu (ALVES, 2017. p. 13-14).

Nesse contexto, analisando a circulação de capital e a teoria do valor-trabalho, concluímos que a acumulação de capital realizada pelo capitalista, dono do meio de produção, é gerada pela quantidade de trabalho empregado para produzir uma determinada mercadoria. Em suma:

O capital é o valor que se expande por meio do processo de produção e troca. Um capitalista começa a produção com uma certa quantia de dinheiro, que usa para comprar a força de trabalho e os meios de produção; o produto resultante é por ele vendido por mais dinheiro do que o total originalmente adiantado, e o valor excedente é a MAIS-VALIA (BOTTOMORE, 2001, p. 421).

A busca pela compreensão do movimento do capital nos impõe a inevitabilidade de apresentar algumas determinações da circulação. Como já exposto, a produção capitalista é, na sua forma mais generalizada, a produção de mercadorias. O produto final da produção

pertencerá ao capitalista, “que obtém mais-valia da diferença entre o valor do produto e o valor do capital envolvido no processo de produção” (BOTTOMORE, 2001, p. 361). Este último é formado, de acordo com Marx, por duas partes:

O capital constante, correspondente ao valor despendido em meios de produção, que é simplesmente transferido para o produto durante o processo de produção; e o capital variável, que é utilizado para empregar trabalhadores, pagos pelo valor daquilo que vendem, sua força de trabalho. (BOTTOMORE, 2001, p. 361)

Essas duas categorias econômicas retratam a “forma como o capital cede valor ao produto final do processo produtivo (THEODOSIO, 2017, p. 12).

Segundo Netto (2006) produção capitalista também é uma reprodução do seu modo, ou seja, ao final da etapa de produção, estão dispostos todos os requisitos para que a produção tenha prosseguimento. Em suma, o processo tem a capacidade de reiniciar-se.

Por isso mesmo a produção capitalista é, além de produção e reprodução de mais valia e mercadorias, produção e reprodução de relações sociais. Para o autor, o capitalismo só se torna viável quando reproduz as relações que põem frente a frente capitalistas e proletariado, isto é, reprodução as relações de produção.

Contudo, essa reprodução das relações de produção se retroalimenta por meio da busca incessante pela acumulação de riquezas por parte das camadas burguesas. Como consequência da concorrência dos capitalistas entre si ocorre o desenvolvimento das forças produtivas e, consigo, não somente um processo de concentração e centralização das riquezas, como também uma redução nas condições de vida da classe trabalhadora. Essa contradição processual do capital, Marx denominou “*Lei geral da acumulação capitalista*”. Diz o autor:

A lei segundo a qual uma massa cada vez maior de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser posta em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana, é expressa no terreno capitalista [...] da seguinte maneira: quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre seus meios de ocupação, e tanto mais precária, portanto, a condição de existência do assalariado, que consiste na venda da própria força com vistas ao aumento da riqueza alheia ou à autovalorização do capital. Em sentido capitalista, portanto, o crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho num ritmo mais acelerado do que o da população produtiva se expressa invertidamente no fato de que a população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital. (MARX, 2013, p. 720)

3.2 Imperialismo

Para Marx, esse movimento de capital apresenta uma tendência à concentração e centralização de capitais. Na lógica de produção capitalista, o detentor dos meios de produção, para se manter no mercado, precisa explorar cada vez mais a força de trabalho e, assim, reter uma parte maior de mais-valia. De certo, esse objetivo é tanto da classe capitalista tomada em seu conjunto quanto de cada capitalista singularmente (NETTO, 2006, p.130). Podemos entender a tendência da seguinte forma:

O capital tem dois aspectos distintos. Em relação ao processo de trabalho, ele existe como uma massa concentrada de meios de produção que comanda um exército de trabalhadores; em relação ao capitalista particular, representa a parte da riqueza social concentrada em suas mãos como capital. Esses aspectos do capital são, por sua vez, objeto de dois processos distintos: o processo de crescente concentração por meio da acumulação, que Marx chama de concentração do capital; e o processo de crescente concentração através da concorrência e do crédito, que ele chama de centralização do capital (BOTTOMORE, 2001, p. 100).

Em suma, Marx caracteriza o movimento do capital como tendencialmente condicionado à concentração e centralização do capital, tendo em vista a dinâmica intrínseca à esses: o aumento da composição orgânica do capital derivada da concorrência entre capitalistas em busca de maior fatia de mais-valia relativa⁴. Dessa forma, uma das marcas característica para explicitar o metamorfoseamento entre a infância e a maturidade do capital, ou seja, a passagem da fase concorrencial para fase imperialista, trata-se da mudança na forma primordial de busca por acréscimo de lucros, que deixa de ter como base a livre concorrência no mercado para uma forma de arrecadação baseada no controle dos mercados (NETTO, 2011, p.20). Essa nova organização redimensiona as funções do sistema bancário e o capital financeiro se funde ao capital produtivo, conformando-se numa nova forma de organização dos capitais balizados

⁴ Marx no Livro I de O Capital, Seção IV, explica o conceito de mais-valia relativa: o mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo [...] Portanto, a queda no valor da força de trabalho também é causada por um aumento na força produtiva do trabalho e por um correspondente barateamento das mercadorias naquelas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, isto é, os meios e os materiais de trabalho para a produção dos meios de subsistência (MARX, 2008, p. 485).

por uma lógica monopolista seja na forma de fusões, partilhas de territórios, pools, carteis, trustes, etc.

Desse modo, podemos concluir que dado um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, a concentração e centralização conduzem à formação de monopólios. Segundo Lênin (LÊNIN, 2008, p. 6 e 7), o próprio Marx demonstra em *o Capital* que a livre concorrência gera a concentração da produção, potencializando os processos de concentração e centralização do Capital e, por conseguinte, a emergência dos monopólios, configurando-se, portanto, como lei geral do Capitalismo. Para o autor:

Daqui se infere claramente que, ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de empresas gigantescas, é muito fácil chegarem a acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas. Esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes - para não dizer o mais importante - da economia do capitalismo dos últimos tempos (LENIN, 2008, p.5)

Além disso, o redimensionamento da dinâmica de acumulação promove dois movimentos contribuintes ao processo de concentração e centralização do capital: o de produção de valor sob a organização/controlado dos grandes capitalistas que passam a produzir em escala mundial e a de constituírem-se como transnacionais que se instalam em todo o mundo, a fim de concentrar a produção e acumular o máximo possível de mais-valia. Para Netto (1996), esses fenômenos têm implicações amplas e profundas na economia, pois a tendência de equalização das taxas de lucros, observada na fase concorrencial, é revestida em favor dos monopólios; estes também extraem seus lucros de uma dedução da mais-valia de outro grupo capitalista.

Segundo Netto (2011), o capitalismo monopolista não infirma em nenhuma medida substantiva as análises de Marx sobre o caráter essencial da ordem burguesa, mas sim “recoloca, em patamar mais elevado, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (NETTO, 2011, p.19). Netto (2011) reafirma os elementos destacados por Lenin em “*O imperialismo, etapa particular do capitalismo*” de que na era do Imperialismo não há anarquia da produção, mas sim uma economia orquestrada pelo controle dos mercados por intermédio do Estado e que o monopólio, ao contrário do senso comum que opõe como antagônico à concorrência, este se

dá com bases em uma guerra de vida ou morte entre os grandes grupos monopolistas tendo em vista a dominação da produção mundial. (NETTO, 2011). No caso, essa elevação das contradições do capitalismo a que se refere Netto, trata-se da alteração significativa ocorrida na dinâmica da sociedade burguesa, bem como na potencialização das contradições fundamentais do capitalismo, tal como descreve Marx no capítulo sobre as formas de Acumulação primitivas de capital (MARX, 2011, p. 959-1015). Tal fenômeno caracteriza uma hierarquização do espaço político e econômico mundial, envolvendo domínio, supremacia, subordinação e exploração (OYAMA, 2017, p.2).

A apropriação de valor produzida por terceiros (que pode advir de países periféricos e devedores) pelos investidores na forma de juros, valorização acionária ou dividendos, é a transferência de capital dos setores produtivos para as mãos dos capitalistas parasitários (aristocracia financeira nas palavras de Lenin) que, sob essa forma de acumulação, sem produzir um átomo sequer de riqueza material, apropriam-se de parte da mais-valia produzida por aqueles, centralizando capital e promovendo uma agudização das contradições provenientes da lógica de desenvolvimento desigual e combinado entre países e classes sociais mantenedoras do próprio capitalismo. Os cartéis se consolidam, os monopólios aumentam, primeiramente pelo controle das matérias-primas, depois vão se alastrando para os diversos setores, a medida que o capital se concentra e a concorrência se transforma em monopólio. Nesse processo, os bancos são os maiores beneficiados, pois as rendas se concentram nessa fração do capital. Assim, ganham tanto pela concessão de juros, pela aquisição de Capitais e controle de Grandes indústrias e também por especulação. (LENIN, 2008, p.10)

3.3 Capitalismo e crise

Com o desenvolvimento das forças produtivas gerado pela criação e desenvolvimento de novas tecnologias cada vez mais sofisticadas, florescem “teorias” sobre o suposto “fim do proletariado”. Influenciadas pelo pós-modernismo⁵, essas teorias buscam entender as

⁵A condição pós-moderna costuma ser apresentada, tanto por seus defensores, como por seus adversários, de maneira bastante heterogênea. Uns a defendem, de forma mais incisiva, como uma nova etapa da sociabilidade humana, calcada em um novo modo de produção que, no limite, poderia já ter suplantado o capitalista. Viveríamos portanto em uma sociedade pós-capitalista. Outros, menos pretensiosos, tratam a condição pós-moderna como uma

modificações objetivas ocorridas no proletariado industrial e não industrial, tanto nos países imperialistas como nos periféricos nas últimas décadas. Todavia, a negação das totalidades e a fragmentação dos sujeitos sociais em indivíduos - características das teorias pós-modernas - se confrontam abertamente com a teoria marxista. Enquanto a pós-modernidade argumenta que com o avanço tecnológico, os operários atuantes no setor de produção seriam majoritariamente substituídos por uma produção automatizada, a teoria marxista caminha no sentido contrário, porém sem deixar de observar as mudanças ocorridas na divisão mundial do trabalho. Dado o exposto, complementamos a crítica à pós-modernidade utilizando a passagem de Iasi sobre o caráter inquestionável dessa teoria:

Este quadro apresenta-se aparentemente com o vigor de uma comprovação empírica inquestionável. Assume a forma de pressuposto, isto é, não se discute, assume-se e diante disso se debate e divergem os autores sobre as consequências e possibilidades, mas não se questiona o fundamento (IASI, pag. 337, 2013).

Em outras palavras, a luta contra os juízos absolutos da razão moderna, o pensamento pós-moderno recai, por um lado na empiria descritiva e, por outro, em universalidades vazias (IASI, pag. 338, 2013). A divisão do trabalho determinada na idade do imperialismo, nos termos de Lenin (2008) e Netto (2011), estabeleceu uma diferenciação importante nos países semicoloniais e dependentes. Em uma parte desses países se impôs uma reprimarização da economia, com ênfase na exportação de commodities agrícolas e não agrícolas. Em outra parte, ocorreu a deslocalização das indústrias dos países imperialistas para os semicoloniais. Isso inclui a cadeia de produção mundial das multinacionais com plantas em vários países e compondo partes dos produtos para o mercado mundial. Como consequência dessa nova divisão mundial do trabalho, em uma parte desses países ocorreu uma redução do proletariado. Porém em uma parte importante dos países semicoloniais e dependentes existiram um fortalecimento numérico, econômico e social do proletariado industrial como produto do deslocamento das indústrias para esses países. Para além disso:

As guerras não acabaram, pelo contrário se intensificaram, segundo a ONU existem algo em torno de 43 milhões de refugiados no mundo, seja por guerras, seja pela miséria. As desigualdades aumentaram (segundo relatório do CreditSuisse de 2013, 1% da população mundial detém 46% da riqueza, enquanto 50% dos seres humanos adultos ficam com 1%); a instabilidade é a regra dos regimes políticos e as crises

nova etapa da sociedade capitalista, onde os valores característicos da época moderna teriam sido superados (CARCANHOLO;BARUCO, 2009, p.16).

econômicas se mostram avassaladoras mesmo e principalmente nos países centrais; a decadência cultural é patente e parece que estamos muito longe de qualquer consenso fundado em valores universais (IASI, pag. 337, 2013).

Vieira (2015) aborda o conceito de modernidade com objetivo de elucidar para o leitor as próprias contradições do pós-modernismo. Tendo em vista sua afirmativa e base fundamental que vivemos atualmente um novo estágio da sociedade, com novas características econômicas, sociais e políticas que se diferenciam do que chamamos de modernidade. Ainda segundo o autor:

Mais do que lançarmos nossos olhares sobre o pós-modernidade há um imperativo maior e anterior de que nos situemos em nossa contemporaneidade. Portanto, partimos do pressuposto de que, para além de todos e quaisquer questionamentos acerca do PM, ele diz respeito a um conjunto de ideias que se insere em nosso tempo atual e que exerce influências nos mais distintos campos da vida social (cultural, político, filosófico etc) (VIEIRA, pag. 3, 2015).

Sem o objetivo de esgotar o debate sobre as teorias pós-modernas e suas contradições frente ao marxismo, apresentaremos argumentos que deem sustento a crítica do fim da sociedade industrial e conseqüentemente a invalidade da teoria do valor e lei da acumulação capitalista. ao menos que propiciam uma devida contraposição aos discursos do pós-modernismo (VIEIRA, pag. 2 , 2015). Os estudos realizados pela pós-modernidade generalizaram a impressão de que estávamos no fim da história, fim do trabalho, fim de tudo que conhecemos. De acordo com Iasi (2017) essa concepção foi potencializada pela reestruturação do capitalismo e a dissolução da URSS. Para ele, com o fim da maior potência socialista, a ideologia burguesa, o neoliberalismo, não encontrava mais um adversário (IASI, 2017). Tal conjuntura não só possibilitou o avanço e disseminação das teorias pós-moderna, como também potencializou o avanço dos planos neoliberais em todo o mundo.

Segundo Coggiola, (1995, p. 123), a teoria sobre o “fim do proletariado” traz a “invalidação da teoria que lhe dá uma expressão revolucionária (o marxismo)” e, conseqüentemente, passa a enxergar o capitalismo, que antes era essencialmente contraditório, como “um capitalismo que promove um desenvolvimento das forças produtivas, capaz de garantir a passagem indolor para uma nova ordem social” (COGGIOLA, 1995, p. 123). Dessa maneira, Iasi (2017) traz duas questões para um estudo sobre a realidade que vivemos: i) há uma transformação social na direção da emancipação humana? ii) há um processo de transição dentro do próprio capitalismo para um sociedade sem classe e sem Estado?

Encontramos as respostas para essas questões com a teoria do valor de Marx. Esse já havia, em seu tempo, evidenciado a natureza contraditória do capitalismo. De acordo com Carcanholo (2013), Marx era ciente da queda tendencial da rentabilidade do capital e encontrou a explicação para essa tendência, de maneira absolutamente coerente, ao elaborar sua teoria sobre a acumulação de capital e a teoria geral do valor.

Da análise dos estudos de Marx (2011) a respeito das crises econômicas, se obtém o elemento fundamental capitado pelo autor: a lei de tendência decrescente da taxa de lucro. Essa lei define que as taxas de lucros no sistema capitalista possuem tendência a queda. Isso resulta da evolução das forças produtivas em detrimento do trabalho produtivo, isto é, o aumento permanente dos investimentos em capital constante (máquinas, matérias-primas, instalações, etc.), proporcionalmente maior do que o capital invertido em capital variável (força de trabalho). Esse processo contraditório do movimento do capital que, por um lado, propicia desenvolvimento das forças produtivas e, por outro, aguça as crises e mazelas sociais, leva a uma queda tendencial da taxa de lucro (ALCANTARA, 2017). Segundo Carcanholo, essa lei é de fácil compreensão se seguirmos a lógica de acumulação de capital elaborada por Marx:

[...] é facilmente compreensível se levarmos em consideração que a massa de mais-valia depende do número de trabalhadores, dada a taxa de exploração, e que a taxa de lucro deve ser calculada em relação ao capital total. Uma composição orgânica crescente, que expresse elevação da proporção entre o volume dos meios de produção e a quantidade de trabalho vivo, só pode ter como consequência a redução da taxa de lucro (CARCALHOLO, 2016, p. 82).

Segundo Netto (2006), o movimento de capital na produção capitalista traz uma polarização: de um lado a concentração de riqueza por parte dos capitalistas e de outro a concentração de pobreza da classe trabalhadora. Decorrente da acumulação e reprodução das relações de produção, esse sistema será observado em qualquer país capitalista. De acordo com Iasi:

[...] O resultado dessa tendência não é apenas a persistente polarização entre miséria e riqueza resultante da acumulação privada da riqueza socialmente produzida, mas também a base para explicação marxiana da crise. (IASI, 2017, p. 65).

Para Iasi (2017), Marx desvendou o segredo das crises capitalistas, questão oculta para os economistas políticos de sua época, porém não negava a possibilidade de que essas crises

pudessem ser contornadas ou arrefecidas. Existem causas de natureza temporária que geram as crises, todavia não contrariam a tendência que o configuram intrinsecamente à dinâmica capitalista (ALCANTARA, 2017). Em outras palavras:

[..] é indispensável afirmar que Marx jamais acreditou que, necessariamente, em todo e qualquer momento ou período da história do capitalismo, essa tendência se manifestaria empiricamente como real redução da taxa geral de lucro. Ela, durante certo tempo, poderia perfeitamente crescer sem que isso representasse uma violação da lei. Os períodos de eventuais crescimentos dessa taxa geral se explicariam pela existência de fatores contratendentes que, por uma ou outra razão, seriam, no período, mais que suficientes para anular a manifestação da lei e para eventualmente observar-se até a elevação da mencionada taxa (CARCANHOLO, 2016, p. 81).

De acordo com Iasi (2017), em contradição à teoria liberal, Marx explica o funcionamento da dinâmica do capital por meio de uma análise minuciosa que se nega a permanecer na superfície aparente dos fenômenos. A crise do capital é uma natureza inerente ao seu funcionamento, ou seja, é uma crise de acumulação e não de carência. No momento em que ocorre uma queda na taxa de lucro, constata-se uma crise de superacumulação que é explicada, não pela insuficiência da demanda efetiva, mas pela ausência de lucros (MENDES E CARNUT, 2018, p. 5).

Para Marx, a solução que o próprio sistema capitalista fornece a essa problemática decorre da própria crise, principalmente por meio de poderosas contratendências à Lei da queda da taxa de lucro (MENDES E CARNUT, 2018, p. 5). A solução, para Marx, ocorre através das seguintes medidas: a) Elevação do grau de exploração do trabalho; b) Compressão do salário abaixo de seu valor; c) Barateamento dos elementos do capital constante; d) aglutinação de uma superpopulação relativa; e) Expansão do comércio exterior; f) aumento do capital por ações (MARX, 1983, p. 177-183).

A compreensão disso remete à análise do capital como uma relação social de produção - uma “forma social” - e como a “forma política” se associa a essa dinâmica do capital (HIRSCH, 2017). Entendemos que o Estado é parte integrante das relações capitalistas de produção e expressa sua consonância com a dinâmica do capital através de seus aparatos (MENDES E CARNUT, 2018). Dessa forma, a próxima seção do presente trabalho tem como objetivo expor como o Estado burguês se constitui um agente fundamental para a manutenção das relações capitalistas.

3.4 Estado, capitalismo e crise

Tendo em vista que o Estado é motor essencial para a reprodução das relações capitalistas (MENDES E CARNUT, 2018, p. 8), este, conseqüentemente, em sua essência, “desempenha um papel essencial no comando e gerenciamento das contratendências no sentido de contrapor-se a queda da taxa de lucro” (MENDES E CARNUT, 2018, p. 9). Cabe-nos evidenciar que as medidas utilizadas para manutenção da taxa de lucro “além da imposição econômica das condições ao conjunto dos trabalhadores, necessitam de amparo legal (jurídico-normativo) e político, ambos providos pelas esferas institucionais do Estado” (ALCANTARA, 2017, p. 9). Trata-se, portanto, de “considerar que a relação Estado/capital é orgânica. Isto significa compreender que não existe separação entre o Estado e o capital” (MENDES E CARNUT, 2018, p. 8).

Para atingir o objetivo da seção, será abordada a contribuição do debate alemão da derivação do Estado dos anos 1970 que deduz (deriva) a ‘forma política’ (Estado) das contradições da dinâmica do capital (MENDES E CARNUT, 2018, p. 8). Segundo Caldas:

Essa teoria procura mostrar como o Estado deriva do capitalismo, não sendo, portanto, mero resultado da vontade da classe dominante, mas, sim, de um determinado modo de produção e das relações sociais que lhe são inerentes e diferenciadoras de todos os modos anteriores (CALDAS, 2015, p. 19)

Em outras palavras, “o Estado sempre deverá responder, e em primeiro lugar, à lógica das relações pautadas na propriedade privada” (GRANEMANN, 2012, p.44). Enquanto assegurador na manutenção da dinâmica da sociedade burguesa tem por finalidade a “conservação do modo tipicamente capitalista de produção e reprodução das relações sociais” (GRANEMANN, 2012, p. 44), demonstrando seu caráter em “salvaguardar a forma do capital, colocando-se na dianteira da intensificação da exploração da força de trabalho” (MENDES E CARNUT, 2018, p. 8).

Segundo Mendes e Carnut (2018), fica evidente que o Estado não pode ser compreendido como um instrumento capaz de solucionar a crise para classe trabalhadora, pois estaria, dessa forma, contrapondo-se à lógica capitalista. Iasi (2017) evidencia que até mesmo ações que não aparentam se relacionar diretamente com o agravamento das condições de

exploração e precarização das condições de vida da classe trabalhadora, acabam por ter efeitos muito sério em cima dessa. Por exemplo, os subsídios e isenções que o Estado efetua aos capitais saem do fundo público. Conseqüentemente, com uma parcela da receita pública destinada para a manutenção da renda dos capitalistas, os serviços públicos acabam por ser sucateados (IASI, 2017). O caso do Estado do Rio de Janeiro é um bom exemplo da passagem de Iasi. Os incentivos concedidos pelo Governo Estadual a grandes empresas teriam provocado um prejuízo financeiro aos cofres estaduais da ordem de R\$138 bilhões, relativos ao ICMS não recolhido no período compreendido entre 2008/2013, segundo o relatório da secretaria da Fazenda do estado do Rio de Janeiro.

Mediante o exposto, essa análise visa identificar as relações sociais resultantes da aplicação das contratendências. Para Iasi:

As vítimas são os trabalhadores; os beneficiários, a burguesia monopolista e o instrumento, o Estado, não apenas como aparato técnico-jurídico-administrativo, mas também e principalmente pela capacidade que lhe é própria de apresentar como universal um interesse que é particular, portanto, em uma dimensão ideológica. Nesse campo, o da luta política, a crise é o momento de retirar da gaveta do arsenal da política burguesa a tese do pacto social (IASI, 2017, p. 55).

Para que o interesse da classe burguesa seja aceito e entendido como um interesse coletivo materializado nos aparelhos do Estado, é necessário existir mecanismos que possibilitem uma relativa coerência e certa homogeneidade da política estatal (HIRSCH, 2017, p. 58). De certo, é necessária uma condução política, gerada por partido ou construída plebiscitariamente por personalidades legitimadas, que tenha a capacidade de apresentar a política dominante como plena de sentido, racional e legítima (HIRSCH, 2017, p. 58), justamente porque o Estado se deriva factualmente das relações sociais capitalistas, ele não é um elemento lógico do capital (CALDAS, 2015, p.11). Diante do exposto, abordaremos a seguir alguns elementos empíricos que possibilitem elucidar a análise teórica e corroborar com as conclusões dos argumentos desenvolvidos até aqui.

Figura 1: Agenda para o Brasil sair da crise (CNI)

Agenda para o Brasil sair da Crise 2016-2018



Fonte: <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2017/3/agenda-para-o-brasil-sair-da-crise-2016-2018/#agenda-para-o-brasil-sair-da-crise-2016-2018-evolucao-apos-um-ano>

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) elaborou propostas em conjunto com os grandes capitais, que, de acordo com a própria resolução, são medidas fundamentais que devem ser implementadas pelo governo federal imediatamente. De acordo com a Figura 1, as propostas passam pelo ajuste fiscal, por reformas na legislação trabalhista e de tributação, além dos cortes em gastos públicos. Tais propostas são revestidas por sentido, racional e legitimada pelas autoridades que contribuíram para a resolução. Como veremos adiante, a proposta dos grandes capitais implementadas pelo Governo Federal é de restringir os gastos com serviços públicos e de assistência social, destinando uma parcela cada vez maior do orçamento total para os rendimentos da dívida pública e assim como o exemplo acima citado, tal medida é propagandeada, conforme destacou Iasi (2017) como se fosse um interesse de todos, necessários para retomada do crescimento econômico e que, esse, por sua vez, também beneficia toda a população e todas as classes sociais, “só que não”!.

Outro aspecto relevante a ser destacada quanto às funcionalidades do Estado e seu papel institucional na manutenção da estrutura econômico-produtiva capitalista é que a conquista de direitos sociais, trabalhistas ou direitos humanos, embora sejam trincheiras fundamentalmente importantes de resistência contra os ataques do capital aos trabalhadores, em geral, não se tratam de oposições ao modo de produção capitalista, mas formas de amenizar as tensões de classes. Hirsch expõe a relação de cada classe com os aparatos do Estado:

Todas as classes sociais estão presentes nos aparelhos estatais, mas de maneira muito diferente. Condicionados pela origem social e proximidade, bem como pela necessidade de assegurar o processo socioeconômico de reprodução, formam-se no interior do aparelho estatal pontos de apoio de setores das classes dominantes. Por exemplo na relação entre o Ministério da Economia e a indústria, ou entre o ministério das finanças, Banco Central e o sistema bancário privado. O interessante da 'economia' em uma política que lhe assegura os seus benefícios coincide não apenas com a necessidade do aparelho de Estado em receber as informações econômicas necessárias, como ele é sempre obrigado a demonstrar certa disposição de cooperação com as empresas para ter êxito nas suas estratégias políticas, pois elas dispõem de importantes meios de poder que não são aqueles do aparelho estatal; por exemplo decisões envolvendo investimentos e posto de trabalho. Já a relação entre o Estado e as classes dominantes é diferente. Elas aparecem – diferenciadas segundo a posição social e os problemas envolvidos -, como cliente, como no caso da qualificação e regulamentação da oferta de força de trabalho, ou então como objeto e medidas de entendimento social. É por isso que existem aparelhos de Estado nos quais, em certo grau e de maneira subordinada, podem materializar-se os interesses das classes dominadas, como, por exemplo, os ministérios da assistência social ou da família, ou o do trabalho” (HIRSCH, 2017 p. 57)

De modo geral, as políticas de Estado, seja por sua estrutura burocrática seja pela estrutura jurídico-política, não se opõem à valorização de valor. Elas apenas normatizam as formas pelas quais se estabelecem as relações sociais de produção. Mesmo o Estado se apresentando recorrentemente como um organizador do bem coletivo, ele atua como um grande canalizador de negócios em prol da classe economicamente dominante. (IASI, 2017). Segundo Mendes e Carnut:

Desse modo, não há dúvida que esta dedução lógica exige uma retomada do método de Marx, especialmente da dinâmica do capital em sua obra seminal (O Capital) para que se possa elaborar, a partir da realidade concreta, categorias fundamentais para a reconstrução teórica do Estado (MENDES E CARNUT, 2018, p. 8):.

Nesse sentido, o estudo sobre o Estado na sociedade capitalista deve ser, portanto, semelhante àquele feito por Marx no estudo da mercadoria (MENDES E CARNUT, 2018, p.

9). O Estado, assim como as demais categorias elaboradas por Marx, por exemplo, a mercadoria ou o dinheiro, não é um sujeito ou uma organização racional, mas sim um complexo de relações. Ele é gerado e reproduzido pelos indivíduos ativos, mas sob condições que fogem à sua consciência imediata e ao seu controle (HIRSCH, 2017, p. 19).

4 O ESTADO BRASILEIRO: UM AGENTE NADA OCULTO NA ECONOMIA

Adentramos no capítulo mais importante do presente trabalho. Após a exposição das teorias da Lei da queda da taxa de lucro e da derivação do Estado, certamente o leitor deve se perguntar se o Estado brasileiro atua como um agente econômico na manutenção das altas taxas de lucros dos grandes capitais. Para responder nosso principal questionamento, desde início apresentado, iniciaremos expondo a conjuntura política dos últimos anos no Brasil e posteriormente apresentaremos dados sobre o orçamento brasileiro nos últimos 5 (cinco) anos. Como já exposto, a escolha por trabalhar o orçamento brasileiro nos últimos cinco anos advém de uma restrição técnica e de acesso, pois somente foram disponibilizados virtualmente dados a partir do ano de 2014. Consequentemente, a análise e comparação com a teoria apresentada podem ficar limitadas, porém não inválidas. O presente trabalho busca compreender qual o destino da maior parcela da receita pública e se está condizente com a teoria de que o Estado atua na manutenção dos interesses da burguesia.

Chegamos ao ponto de afirmar que os grandes capitais agem sempre em benefício próprio e invariavelmente em detrimento das condições de vida da classe trabalhadora e não seria diferente no Brasil. Segundo Granemann (2016,p. 172), “os grandes capitais articulam propostas que os governos nos diferentes poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) implementam para levarem a exploração sobre todos nós, trabalhadoras e trabalhadores”. Ainda segundo a autora, o Estado brasileiro impõe cortes severos a Seguridade Social com base no argumento que há uma crise fiscal. Todavia, “o Estado brasileiro não opera recursos escassos e nem são estes recursos pouco significativos” (GRANEMANN, 2016, p. 173). Segundo Leite, o Estado brasileiro atua de forma diferente perante a classe burguesa e a classe trabalhadora: “benesses para classe mais privilegiada e austeridade pra classe que vive do trabalho. Para os trabalhadores, o governo alega que se trava de correção de distorções, já para o mercado financeiro ele diz que são contenções de gastos públicos” (LEITE, 2017, p. 64)

Percebemos nos últimos anos, não só uma retração do orçamento público nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, como também um intenso ataque aos direitos da classe trabalhadora. Ressaltamos que tal projeto do capital, tão bem articulado com os governos em seus diferentes poderes, não é operacionalizado somente nos últimos cinco anos, como os dados posteriormente apresentados demonstraram, e principalmente não entrou só na agenda governamental pós-impeachment. Tal como abordado teoricamente, essa é uma relação

orgânica entre Estado e capital. Historicamente, poderíamos buscar diversos momentos da economia brasileira para retratar tal relação, portanto, o recorte temporal é meramente epistemológico. O governo Lula, por exemplo, adotou a estratégia permanente de ajuste fiscal, flertando, desde sua chegada ao poder, com a economia liberal (FILGUEIRAS, 2007). Ao observamos a execução do Orçamento da União nos primeiros anos do governo petista, fica evidente o constrangimento dos gastos sociais em virtude do enorme gasto com serviço e amortização da dívida pública⁶. Da mesma forma, nos últimos cinco anos, evidencia-se a continuidade desse constrangimento, porém agravado pela contrarreforma trabalhista, a Emenda Constitucional nº 95 de 2016 e a iminente contrarreforma da Previdência. Se inicia, conseqüentemente, um novo regime fiscal no país, dado o caráter de congelamento de gasto estabelecido pela EC 95 de 2016.

O Novo Regime Fiscal concretiza ainda mais o domínio dos grandes capitais na agenda pública. Em outras palavras, ter os gastos com políticas sociais congelados e não estender tais medidas de contenção para as despesas com a dívida pública é definir concretamente a finalidade da agenda econômica brasileira. Se durante todo o presente trabalho apresentamos a dualidade entre aparência e essência do Estado burguês, como a EC 95 nos é possível assumir o pressuposto que a aparência e essência do Estado brasileiro passam para uma situação simbiótica. Isto é, o Estado não mais se coloca como garantidor do bem-estar social, pelo contrário, este não se nega a pronunciar que, para acabar com a suposta crise fiscal, é necessário suprimir os direitos trabalhistas e os serviços públicos e de assistência social. Ele demonstra, desse modo, sua face real, ocultas ou anuviadas em certos momentos históricos, pelos instrumentos ideológicos que reproduzem a ilusão de que o Estado seja um órgão externo e superior aos antagonismos das classes sociais em busca do bem comum e também por políticas de cooptação que reforçam o consentimento para com as condições sociais vigentes. Tendo em vista que esses serviços públicos que estão sendo atacados são utilizados majoritariamente pela população mais pauperizada da sociedade brasileira, a análise do Orçamento do Governo Federal é fundamental para entendermos a lógica presentes nas políticas econômicas brasileiras.

⁶A participação do montante dos serviços e da amortização da dívida pública – que constitui a maior parte dos encargos especiais – no total dos gastos da União cresceu 26,23% em 2000 para 33,72% em 2006. Em sentido contrário, a participação dos gastos sociais caiu, no mesmo período, de 43% para 39,4% (FILGUEIRAS, 2007, p. 161).

Para uma análise dos gastos do Governo Federal, selecionamos as principais despesas associadas à área social, com base nos dados apresentados no Portal Transparência referentes aos gastos por área de atuação, função e subfunção. Ademais, considerou-se o comportamento da inflação, tomando como referência o ano de 2018. Isso nos determina, para início da análise, considerar o Valor Real dos gastos públicos referentes ao ano de 2018, possibilitando analisar o desempenho real dos gastos públicos do Governo Federal nos últimos cinco anos. Ressaltamos a importância de compararmos a evolução dos gastos social com a evolução dos gastos com a dívida interna.

Observa-se movimentos distintos em relação ao conjunto de despesas pública durante o período de 2014 a 2018. De acordo com a Tabela 1, a seguir, enquanto os gastos com Encargos Especiais e Reserva de Contingência - que são majoritariamente gastos com a dívida pública – aumentaram 11,82% de 2014 a 2018, os gastos nas áreas finalísticas – previdência social, saúde, assistência social, educação e trabalho - tiveram uma redução de 1,00% no mesmo período. Evidencia-se, portanto, qual o destino da maior parte do gasto público nos últimos cinco anos: o pagamento e refinanciamento da dívida pública. Ora, o leitor há de se recordar da afirmativa de que Estado é um motor essencial para a reprodução das relações capitalistas e este, em sua essência, desempenha um papel na execução de contratendências no sentido de contrapor-se a queda da taxa de lucro (MENDES E CARNUT, 2018). De certo, nosso debate em torno da essência do Estado Brasileiro não se encerrará em uma análise superficial, como apresentado a cima, mas podemos, desde já, enxergar de forma clara a materialização da teoria apresentada. O Estado Brasileiro deixa de ser um sujeito oculto na economia ao passo que destrinchamos as despesas públicas federais no sentido de elucidar sua face real, para além das formas aparentes pelas quais buscam associar o papel do mesmo. Favorecer o grande capital através da destinação cada vez maior para a dívida pública, enquanto retiram da classe trabalhadora seus direitos e reduz suas condições de vida ao deduzir os gastos sociais em áreas essenciais para aqueles que nada possuem, é a transparecer sua essência, seu papel como agente econômico. Essência esta que não é condicionada a mera vontade da classes dominantes, mas é uma derivação do próprio capitalismo.

Tabela 1: Execução da despesa por área de atuação do Governo Federal em valor real de outubro de 2018 (em reais)

	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2014/2018
ENCARGOS ESPECIAIS E RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.945.143.534.965,86	2.032.214.490.145,83	1.926.366.184.034,05	2.203.099.847.095,15	2.175.059.290.105,00	11,820%
ÁREAS FINALÍSTICAS	1.292.529.453.996,83	1.264.240.029.122,92	1.243.779.150.145,02	1.300.295.094.954,05	1.279.574.701.057,42	-1,002%

Fonte: Portal Transparência (elaboração própria)

A Tabela 2, a seguir, indica que houve uma redução significativa no gasto com Educação, Saúde e Assistência Social em relação ao Orçamento Total. Esse último teve um aumento de 6,70% no período de 2014 a 2018. Em contrapartida, a porcentagem do valor pago de cada área de atuação em relação ao total de pagamentos realizados sofreu uma redução no mesmo período. Os gastos em Educação, Saúde e Assistência Social sofreram uma retração tanto em valores absolutos quanto na porcentagem em relação ao Orçamento Total (Tabela 2).

Tabela 2: Porcentagem dos gastos por área de atuação do Governo Federal em relação ao Orçamento Total da União em valor real de outubro de 2018

	EDUCAÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE
2014	4,01%	2,77%	4,42%
2015	4,01%	2,59%	3,92%
2016	3,73%	2,72%	3,81%
2017	3,44%	2,55%	3,59%
2018	3,30%	2,55%	3,52%

Fonte: Portal Transparência (elaboração própria)

Segundo Carvalho (2007, p. 99), “a dívida pública é um dos principais instrumentos de dominação dos rentistas e do grande capital sobre a sociedade brasileira”. Para o autor, “o setor público transfere permanentemente enorme massa de recursos para esses rentistas, o que restringe as políticas sociais e concentra a riqueza” (CARVALHO, 2007, p. 99). Podemos constatar a veracidade da última assertiva citada de Carvalho ao analisar a evolução dos gastos públicos na

Tabela 3, principalmente a taxa de crescimento entre 2014 e 2018. A Saúde teve uma expressiva taxa de crescimento negativa de -14,98%, conjuntamente com a Educação que teve uma taxa de -12,21%. A Assistência Social também apresenta uma retração do seu orçamento (-1,81%) no período 2014/2018, porém de forma mais branda que as demais áreas. O que nos é importante é analisar o favorecimento dos credores do setor público e dos rentistas sobre a política econômica. Se as áreas de Saúde, Educação e Assistência Social tiveram uma redução absoluta de mais de 30 bilhões de Reais, o Refinanciamento da Dívida Interna sofre um aumento 54 bilhões de Reais. Não se pode, portanto, analisar tais dados somente por um viés fiscal e econômico, como a própria aparência do Estado tende nos fazer. Devemos politizar a questão dos recursos destinados ao Refinanciamento da Dívida Interna para, assim, compreender que há de fato uma dominação do orçamento público brasileiro por parte do grande capital.

Tabela 3: Gastos do Governo Federal anual em valor real de Outubro de 2018 (em reais)

	2014	2015	2016	2017	2018	VARIAÇÃO 2014-2018
ORÇAMENTO TOTAL	3.237.672.988.962,69	3.296.454.519.268,75	3.170.145.334.179,07	3.503.394.942.049,20	3.454.633.991.162,42	6,70%
EDUCAÇÃO	129.710.996.676,20	132.151.072.884,17	118.301.654.407,18	120.360.704.637,73	113.868.374.651,00	-12,21%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	89.824.238.939,41	85.297.453.886,68	86.178.420.184,41	89.176.564.491,31	88.200.943.461,00	-1,81%
PREVIDENCIA	615.455.120.226,03	607.648.355.201,12	629.299.519.253,46	672.652.640.007,99	674.953.073.159,00	9,67%
SAÚDE	143.093.926.721,60	129.297.846.500,04	120.920.370.059,39	125.844.710.319,36	121.658.810.228,00	-14,98%
TRABALHO	92.519.020.624,95	80.057.041.765,13	83.293.879.257,70	80.907.119.240,12	75.832.707.584,00	-18,04%
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	930.337.950.853,97	829.464.017.787,33	811.955.609.038,71	810.364.181.643,48	984.655.042.639,00	5,84%
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	930.337.950.853,97	624.486.949.164,69	512.097.867.439,15	683.754.710.771,13	641.781.125.910,00	-31,02%

Fonte: Portal Transparência (elaboração própria)

Para além da análise do orçamento público, utilizamos a evolução do salário mínimo oficial com intuito de reafirmar as perdas impostas à classe trabalhadora e sustentar a teoria das contratendências impostas pelo Estado brasileiro. Observa-se na Tabela 4 o reajuste real do salário mínimo praticado nos anos 2014-2018. Não podemos nem ao menos admitir que houve qualquer ganho no poder de compra do salário mínimo oficial. Este possui um reajuste negativo em 2015 e 2018 e abaixo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) nos anos de 2016 e 2017. Portanto, a classe trabalhadora além de sofrer com a precarização dos serviços públicos, devidos aos cortes e congelamentos dos gastos sociais, e ver sua condição de vida ser

severamente reduzida por causa das reformas impostas nos últimos anos, ainda teve seu poder de compra reduzido drasticamente.

Tabela 4: Reajuste do salário mínimo oficial(2014-2018)

PERÍODO	Salário mínimo nominal	Reajuste Nominal	INPC	Reajuste Real
DEZEMBRO DE 2014	R\$ 724,00	-	-	-
DEZEMBRO DE 2015	R\$ 788,00	8,84%	11,28%	-2,19%
DEZEMBRO DE 2016	R\$ 880,00	11,68%	6,58%	4,78%
DEZEMBRO DE 2017	R\$ 937,00	6,48%	2,07%	4,32%
OUTUBRO DE 2018	R\$ 954,00	1,81%	4,00%	-2,10%
TOTAL DO PERÍODO	-	31,77%	25,90%	4,66%

Fonte: DIESE E IBGE (elaboração própria)

Adam Smith em seu livro *A Riqueza das Nações* afirma que não é da benevolência do açougueiro ou do padeiro que temos nosso jantar todos os dias, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse (SMITH, 1998). Não é necessário demonstrar as contradições da teoria de Smith frente a teoria econômica de Marx. O que pretendemos ao citar o trecho do seu livro é fazer um contraponto com a classe trabalhadora. Sabemos que não é da benevolência do Estado que a classe trabalhadora adquire seus direitos e ameniza a exploração na qual está imposta dentro do sistema capitalista. A CLT, o turno de 8 (seis) horas, assim como a condenação de trabalho análogos à escravo são exemplos de conquistas da classe trabalhadora durante sua história. As conquistas ocorrem no campo da luta política, no qual a classe dominante também atua. Nesse sentido, é no momento da crise que a classe burguesa retira da gaveta seu arsenal de políticas ditas neoliberais, ou em outras palavras, é nesse momento que o pacto social de conciliação de classes se desfaz.

Não temos como pretensão esgotar o debate sobre a essência do Estado burguês, nem ao menos sobre a atuação do Estado brasileiro. Nosso objetivo foi demonstrar por meio de dados conjunturais e do orçamento público federal que o Estado brasileiro responde, em primeiro lugar, a lógica do capital, colocando-se na dianteira da intensificação da exploração da força de trabalho. As contratendências, elencadas por Marx, são a materialização da derivação do Estado em relação ao sistema de acumulação capitalista e foi por com bases nessas que foi possível compreender uma parte da essência do Estado brasileiro, principalmente no que diz respeito elevação do grau de exploração do trabalho, a compressão do salário abaixo de seu valor e o aumento do capital por ações. As demais contratendências que não foram aqui abordadas serão assuntos para futuras pesquisas, tendo em vista que o objetivo do presente trabalho não se esgota nessa publicação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como proposta realizar um diálogo entre a teoria e o objeto de investigação através de uma pesquisa empírica com base em uma análise conjuntural, utilizando-se como bases de dados os gastos do orçamento público federal. Dessa forma, entendemos que analisar o orçamento brasileiro a luz da teórica marxista é trazer o debate sobre os gastos públicos para a esfera da luta de classes. Compreendemos, também, que não encerramos debate aqui proposto, mas sim demos um primeiro passo em busca da essência do Estado brasileiro.

Expomos, de início, as concepções de Marx sobre a teoria do valor e a assim chamada lei geral da acumulação de capital. Partir das concepções e definições de categorias mais simples teve como objetivo tanto proporcionar ao leitor uma experiência de leitura coerente e acessível, como também ser parte fundamental do método de pesquisa marxista. Nesse a soma dos conceitos e categorias são a base para entender a sociedade capitalista. Em síntese, buscamos entender a essência do objeto – o Estado brasileiro -partindo das abstrações mais simples até a totalidade da realidade observada.

Em seguida, descrevemos as teorias acerca da crise do capital e sobre Estado capitalista. Chegamos a conclusão que o Estado, seja por sua estrutura burocrática ou pela jurídico-política, em nenhum momento se opõe à valorização de valor, apenas normatizam as formas pelas quais se estabelecem as relações sociais de produção, sem opor-se radicalmente contra os fundamentos do capital e da propriedade privada. Com efeito, a conquista de direitos sociais e trabalhistas não se trata de oposições ao modo de produção capitalista ou de operações do Estado em benefício à classe trabalhadora, mas sim de formas de amenizar as tensões de classes. Essa visão nos faz pensar o Estado não como um órgão apartado da realidade, mas um componente necessário à manutenção do modo de produção capitalista

Após apresentarmos os dados sobre o orçamento brasileiro e o evidente destino da maior parcela dos gastos públicos, foi possível relacionar os dados empíricos obtidos com a teoria exposta. Com efeito, podemos dizer que o cenário político brasileiro se caracteriza por um governo comprometido fielmente aos interesses dos grandes capitais. Ou, em outras palavras, o Estado brasileiro se caracteriza como um comitê executivo dos interesses da burguesia.

Concluimos o presente trabalho expondo ao leitor a necessidade de estudar o Estado brasileiro, tanto por um viés teórico como por um viés prático, pois analisar a relação entre Estado e sociedade capitalista se faz necessário, sobretudo, por duas razões decisivas à classe proletária: para se traçar a estratégia política e para se definir quais formas de organização da classe são necessárias e eficientes no combate ao capital.

6 BIBLIOGRAFIA

ALCANTARA FILHO, J. L. **Apontamentos para uma análise da relação entre o Estado capitalista e as crises econômicas no tempo presente**. In: Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política, 2018.

ALVES, A. J. L. **Processo de trabalho e processo de valorização: entendimento categorial da forma particular da produção em O Capital**. In: Marx e o marxismo 2017, 2017, Niterói. Marx e o marxismo 2017 - Anais eletrônicos. Niterói: Niep-Marx, 2017

ARAUJO, P. H. F. **Marx: Capital, Estado e Política**- Notas. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 43, p. 37-62, 2016.

ARAUJO, P. H. F. **Valor e Estado: notas sobre o processo de emancipação humana em Marx**. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015, 2015, Niterói. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015. Niterói: EDUFF, 2015. v. 1. p. 2-26.

BEHRING, E. R. **Política Social no Contexto da Crise Capitalista**. In: Elaine Rossetti Behring; Ivanete Boschetti. (Org.). Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. 1ed. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 301-322.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio** / Elaine Rossetti Behring – 4. ed. – São Paulo : Cortez, 2009.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CALDAS, Camilo Onoda Luiz. **A teoria da derivação do Estado e do direito**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. v. 1. 272p .

CARCANHOLO, M. D. ; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha . **Pós-modernismo e Neoliberalismo: duas facetas ideológico-políticas de uma pretensa nova era**. Lutas Sociais (PUCSP), v. 21/22, p. 132-145, 2009.

CNI, Confederação Nacional da Indústria. Agenda para o Brasil sair da crise, 2017. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2017/3/agenda-para-o-brasil-sair-da-crise-2016-2018/#agenda-para-o-brasil-sair-da-crise-2016-2018-evolucao-apos-um-ano>>. Acesso em: 05 de Dezembro de 2018.

COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, C. Neoliberalismo ou crise do capital? São Paulo: Xamã: 1996

DIEESE, DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIECONÔMICOS. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html. Acesso em: 01 de Dezembro de 2018.

FERNANDES, A.H.X. Trabalho material e pós-modernidade: alguns apontamentos críticos. In: Marx e o marxismo 2017, 2017, Niterói. Marx e o marxismo 2017 - Anais eletrônicos. Niterói: Niep-Marx, 2017

FILGUEIRAS, Luiz ; Gonçalves, R. . A Economia Política do Governo Lula. 1a. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. v. 01. 263p

FIORI, J. L. **O Consenso de Washington. Palestra proferida no Centro Cultural Banco do Brasil.** Belo Horizonte, 4 jul. 1996. Disponível em: <<https://www.scribd.com/document/84852166/Jose-Luis-Fiori-O-Consenso-de-Washington>>. Acesso em: 2 set. 2017.

GOLDENBERG, M. **.Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997. 111p .

GRANEMANN, Sara. **.ESTADO e QUESTÃO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL.** In: Vera Lúcia Batista Gomes; Ana Cristina de Souza Vieira; Maria Antonia Cardoso Nascimento.. (Org.). O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão. 1ed. Recife: Editora da UFPE, 2012, v. 1, p. 41-60.

GRANEMANN, Sara. **O desmonte das políticas de seguridade social e os impactos sobre a classe trabalhadora: as estratégias e a resistência.** SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA , v. 19, p. 171-184, 2016.

HIRSCH, J. **Teoria Materialista Do Estado.** Rio De Janeiro: Editora Revan, 2010.

HIRSCH, Joachin. **A teoria do Estado do “marxismo ocidental”. Gramsci, Althusser, Poulantzas e a chamada derivação do Estado.** Revista Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 1, 2017, p. 722-760.

IASI, Mauro Luis . O Marxismo diante de um novo século. Praia Vermelha (UFRJ) , v. 23, p. 331-356, 2013.

IASI, Mauro. Política, **Estado e ideologia na trama conjuntural.** São Paulo: ICP, 2017, 440 páginas.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Séries Históricas IPCA e INPC, 2018. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>. Acesso em: 28 de novembro de 2018.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LEITE, A. C. (DES) Proteção previdenciária e saúde do trabalhador: formas de resistências coletivas. Mestrado em Serviço social. 2017. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo , PUC/SP.

LENIN, V.I. **Imperialismo – Fase superior do capitalismo.** São Paulo: Global, 1979.

LENIN, V.I. **Obras Escolhidas em seis tomos,** Edições Avante, 1986, t1, pp 103-115.

LUPATINI, M. **O capital em sua plenitude** (ISBN: 978-85-228-1279-0). In: De O capital à Revolução de Outubro (1867 ? 1917), 2017, Niterói, RJ. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: De O capital à Revolução de Outubro (1867 ? 1917), 2017. p. 1-32.

MARX, K. [1867]. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Marx-Engels).

MARX, K. [1894]. **O capital: crítica da economia política**. Livro III. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983. v. 4.

MARX, K.; ENGELS, F. [1845-1846]. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política** / Karl Marx ; tradução e introdução de Florestan Fernandes – 2.ed. São Paulo : Expresso Popular, 2008. 288p.

MARX, Karl. Crítica à filosofia do Direito de Hegel – Introdução. In: Crítica à filosofia do Direito de Hegel. Tradução por Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo, Boitempo, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A lei geral da acumulação capitalista e as relações de trabalho hoje**. In: Marx e o marxismo 2015, 2015, Niterói. Marx e o marxismo 2015 - Anais eletrônicos. Niterói: Niep-Marx, 2015. p. 1-17.

MILLER, B. **Essência e aparência da crise em Marx: lei da queda tendencial da taxa de lucro e desmedida**. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 De O capital à Revolução de Outubro (1867 ? 1917), 2017, Niterói. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 De O capital à Revolução de Outubro (1867 ? 1917), 2017.

MINAYO, M. C. S. ; DELANDES, Suely Ferreira ; GOMES, Romeu . **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. v. 1. 110p.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx** / Jose Paulo Netto – 1.ed. – São Paulo : Expresso Popular, 2011. 64p.

NETTO, J. Pa. **Economia Política: uma introdução crítica** / José Paulo Netto e Marcelo Braz. - São Paulo: Cortez, 2006. - (biblioteca básica de serviço social ; v. 1)

OYAMA, E. R. **A luta anticapitalista na nova fase do imperialismo**. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: de O capital à Revolução de Outubro (1867?1917), 2017, Niterói. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: de O capital à Revolução de Outubro (1867 ? 1917), 2017.

PINHEIRO, F. L. **O processo de produção de O Capital e a teoria política de Karl Marx**. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 De O capital à Revolução de Outubro (1867 -

1917), 2017, Niterói. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 De O capital à Revolução de Outubro (1867 - 1917), 2017.

PORTAL TRANSPARÊNCIA. Brasil, 2018. Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/orcamento>>. Acesso em: 26 de novembro de 2018.

PRADO, E. F. S. **Da posição e da deposição histórica do valor. Marx e o Marxismo** - Revista do NIEP, v. 1, p. 108-133, 2013.

ROCHA, N. B. ; MARIANO, A. S. ; NASCIMENTO, C. F. . A PRÁXIS NA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 De O capital à Revolução de Outubro (1867 ? 1917), 2017, NITERÓI. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 De O capital à Revolução de Outubro (1867 ? 1917), 2017.

RUBIN, I. A. Teoria Marxista do Valor. São Paulo: Editora Polis, 1987

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações", volume I, Nova Cultural, 1988, Coleção Os Economistas.

VIEIRA FERREIRA, V. . Breves comentários críticos sobre cultura em tempos de pós-modernismo. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente, 2015, Rio de Janeiro. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente, 2015